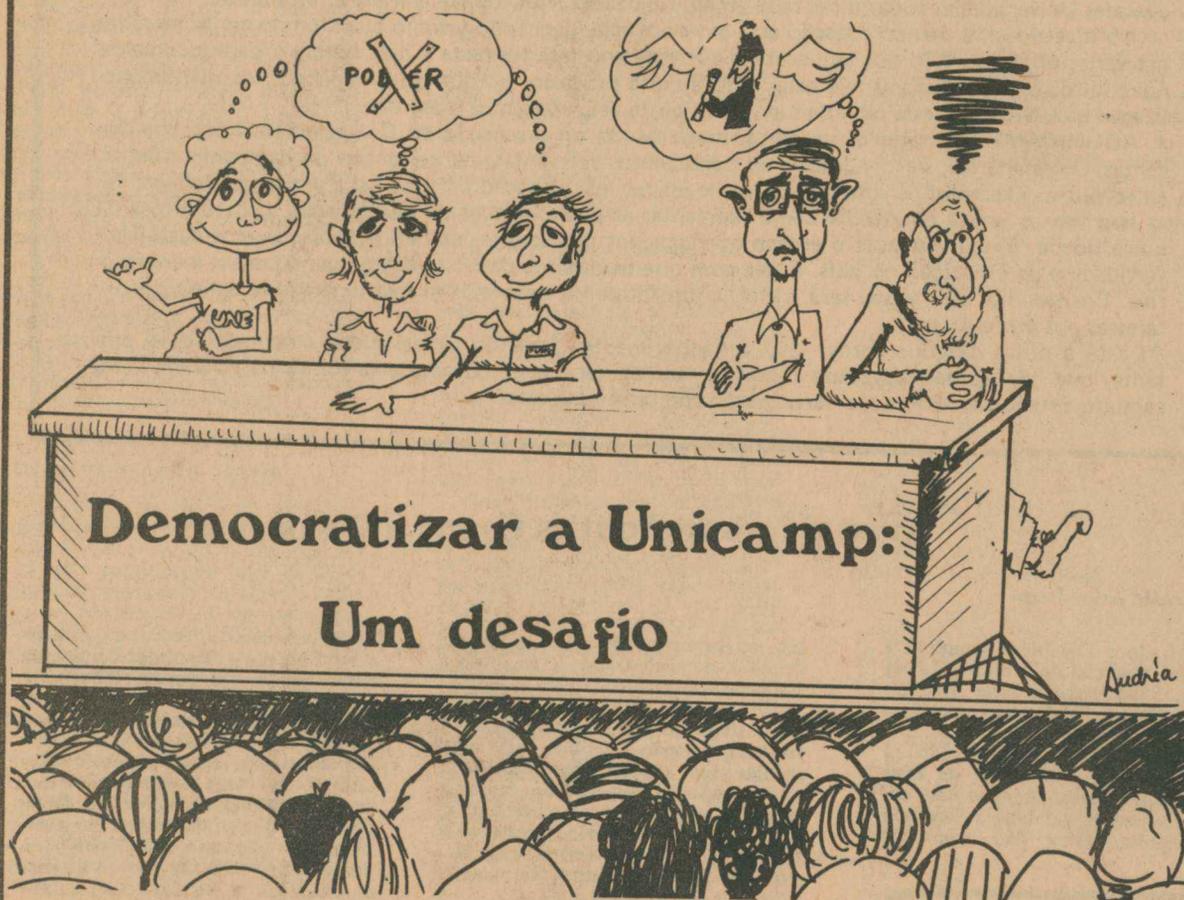


ADUNICAMP

DEBATE
INFORMA

Campinas, SP, Junho, 81 Ano I n.o 1



Os riscos de uma
Institucionalização
autoritária nos des-
tinos da universida-
de

Pág. 3

Professor. Conheça
a sua situação fun-
cional

Pág. 8

Fundação ou Priva-
tização da Universi-
dade. a quem inte-
ressa.

Pág. 4 e 5

Início de Conversa

A participação crescente dos professores universitários dentro e fora dos limites dos "campi", permite-nos encarar lutas cada vez mais amplas. A criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) é decisiva no encaminhamento unificado de nossas posições frente ao principal interlocutor, o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Com o chamado Documento Della Senta, o governo mostra que não está para brincado. Veja-se o anteprojeto de transformações das Universidades autárquicas federais em fundações. Quando ele chegará às estaduais?

Ao nível local, a democratização está em evidência, ganhando terreno ou sofrendo contramarchas nas várias unidades. Não nos esqueçamos que este ano será formada a lista sêxtupla para escolha do novo reitor e os professores não estarão fora deste processo, no que deles depender. A institucionalização da UNICAMP, está na ordem do dia e, outra vez, estaremos presentes.

A ADUNICAMP tem feito a sua parte, participando na promoção do Congresso Nacional dos Docentes Universitários, na divulgação de documentos relevantes, na condução da campanha salarial, entre outros exemplos. A luta está exigindo maior participação e meios cada vez mais efetivos. Para isso vem o jornal da ADUNICAMP aumentar as possibilidades de participação, dentro e fora da universidade. Exigir e ocupar o espaço que cabe aos professores, na definição dos rumos desta Universidade e da Educação no país. Fazer com que os direitos da nossa categoria não sejam mera retórica. Em resumo, este jornal será, além de um fórum de debates, um instrumento de defesa dos interesses dos professores.

Aí está o nosso desafio. Tornar vivo o conhecimento; fazer da Universidade um órgão social pulsante, que não apenas reproduza mas crie; não deixar a acomodação ser a tônica da vivência neste campus. Este jornal com a tua participação cumprirá sua parte!

Fiat: 1ª Greve Política Contra o Desemprego

Renato Atilio Jorge

Quando a Fiat-Diesel comprou a Fábrica Nacional de Motores (1978) havia 6465 trabalhadores na empresa. Hoje a FIAT conta com apenas 3083 trabalhadores.

No dia 29 de abril de 1981 a Fiat anunciou a dispensa de mais 250 trabalhadores, alegando uma crise na venda de caminhões. Segundo a empresa, estes 250 demitidos

são os primeiros de um programa de 600 demissões até o final do 1.º semestre de 1981.

De acordo com os trabalhadores, a Fiat está se utilizando da rotatividade da mão de obra para aumentar seus lucros, aproveitando-se do grande número de desempregados de outras empresas. Para provar isto os trabalhadores mostram que a empresa fez a ficha de mais de 500 candidatos, que iriam substituir os demitidos.

ta a produção e venda de ônibus e caminhões (a Mercedes-Benz está ampliando o seu parque industrial, com um programa de 28000 trabalhadores nos próximos 3-4 anos em sua nova fábrica em Campinas), o mesmo não aconteceu em outros setores. Por ex., a Companhia Siderúrgica Nacional já demitiu 4000 operários que trabalhavam em suas obras de expansão em Volta Redonda. Em Brasília o Ministério da Indústria e do Comércio informou ainda que além das demissões que estão ocorrendo nas empreiteiras que prestam serviços a CSN, em consequência da desativação de parte das obras, haverá dispensas na Cosipa e na Açominas.

O tratamento dado à crise e ao desemprego pelos trabalhadores tem sido diferente, dependendo de sua força e organização. Os operários da Volks responderam Não à redução da jornada de trabalho e de seus salários. Os operários da Belgo-Mineira fizeram concessões à empresa para evitar o desemprego. Abriram mão de uma conquista do ano anterior, a antecipação salarial de 3 em 3 meses, em troca de não haver demissões nos próximos 3 meses. Em outras empresas as demissões tem ocorrido sem nenhuma resistência dos trabalhadores.

A greve da Fiat é a primeira greve política dos trabalhadores contra o desemprego. A sua extensão a nível nacional dependerá da força e unidade dos trabalhadores e de sua liderança no movimento sindical.

EXPEDIENTE

Diretor Responsável: Paulo Renato Costa Souza
Editor: Graça Caldas M.T.
12.918 (RJ)

Diagramação: Marcus Vinícius Ozores

Arte: Andréa

Conselho Editorial: Ana Maria Canesqui, Angel Pino Sirgado, Edmundo Fernandes Dias, Eliézer Rizzo de Oliveira, José Benedito Schneider e Paulo Renato Costa Souza

Colaboradores: Carlos Simões, Edmundo Fernandes Dias e Eliézer Rizzo de Oliveira. O Jornal da ADUNICAMP é uma publicação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas

Composição: City News. Rua Marechal Deodoro, n.º 820. Fones: 31-8097 e 2-8710. Campinas, SP.

FALSA CRISE

Os trabalhadores alegam ainda que a Fiat não está passando por uma crise, pois a empresa está expandindo as suas exportações e a sua produção de caminhões tem aumentando. Além disto a empresa tem recebido muitos benefícios do governo. Segundo os trabalhadores a empresa recebeu em 1980 incentivos fiscais da ordem de 800 milhões de cruzeiros, quantia equivalente a folha salarial da empresa durante um ano.

Em cima destes fatos, nenhuma crise no setor, aumento da produção e venda de caminhões, rotatividade dos trabalhadores aproveitando-se da grande massa de desempregados e incentivos fiscais do governo, é que os trabalhadores entraram em greve no dia 4 de maio. E estão reivindicando a readmissão dos 250 demitidos na semana anterior e a estabilidade de um ano para todos os empregados da empresa.

Se a crise econômica não afe-

Institucionalização

Eliezer Rizzo de Oliveira

Quem exerce um poder não democrático não abre mão dele e faz tudo para continuar, pouco importando quais sejam os métodos: atrai novos elementos para o centro do poder, renova parcialmente o grupo dominante e utiliza a falta de informações para confundir aqueles que se lhe opõem. Esta regra aplica-se à situação que a UNICAMP vive neste momento. Mesmo deixando de lado, para os fins deste artigo, a asfixia financeira da UNICAMP, tornada pública pela ação esclarecida da Comissão de Orçamentos, a sua completa dependência perante o governo do Estado ao qual vive mendigando verbas suplementares, o nosso anômalo regime de trabalho e a difícil situação de trabalho dos funcionários a quem o governo ainda não pagou integralmente o miserável reajuste salarial, os corpos da UNICAMP acham-se agora perante uma questão grave sobre a qual, infelizmente, estamos mais mal do que bem informados.

Trata-se da Institucionalização. O que ela significa? Significa simplesmente a aplicação integral dos Estatutos e do Regimento Geral a vida da UNICAMP, que é no momento apenas parcialmente referida àquelas normas, restando uma vasta área regida ainda pelas disposições transitórias. A custa de muito esforço, isto tem possibilitado um espaço para nossas experiências democráticas que são praticamente impossíveis de serem realizadas na USP, a universidade que fornece o modelo de institucionalização que não devemos adotar.

ASSEMBLÉIAS GERAIS

Hoje, um bom número de nossos Departamentos realiza assembleias gerais de seus docentes com participação variável de alunos e funcionários; alguns órgãos colegiados, que deveriam ser compostos (se obedecido o Regimento Geral) majoritariamente pelos docentes (MS-6), tem compartilhado suas funções com comissões eleitas em Assembleias ou se comprometido a adotar decisões de Assembleias; outros colegiados sequer chegaram a ser constituídos ao nível de Departamentos que decidem, assim, as suas próprias formas de funcionamento. Há notícia de auto-dissolução do Colegiado da FEC, cujas funções serão desempenhadas por uma comissão executiva da Assembléia Geral.

São estes evidentes sinais de

aspirações e de práticas democráticas que a Institucionalização imediata matará no nascedouro. Mas estas conquistas devem continuar e ampliar-se. A Institucionalização de uma Faculdade ou Instituto, depois de outra e mais outro, ao chegarmos à quinta Unidade enquadrada na estrutura institucional a UNICAMP se achará pronta para entrar de vez nesta armadura da qual dificilmente sairá. Podendo evitar tal suicídio, por que não fazê-lo?

É absolutamente necessário esperar que a comunidade universitária defina seus próprios rumos, faça um balanço de suas experiências atuais, integre-se ao amplo movimento nacional por uma sociedade democrática, elabore projetos alternativos de estrutura e legislação para que, então, se crie uma situação institucional desejada pela UNICAMP e não imposta a ela. Isso leva tempo, é verdade. E daí? Exijamos o tempo necessário para amadurecer nossa vida política, científica e cultural na UNICAMP, convidemos os alunos e funcionários a participar do mesmo esforço, lideremos este amplo movimento que incluirá a sociedade civil e suas forças democráticas.

De onde partiremos? Não há outro ponto de partida senão a própria situação das Unidades face à legislação universitária. Um balanço rápido, certamente incompleto, indica o seguinte: a FEC fornece um exemplo de um avanço político que nega os Estatutos pela sua superação parcial: seu órgão máximo é a Assembléia Geral de representantes de alunos e docentes. Há Departamentos de outras Unidades que também se organizam em assembleias, elegem democraticamente seus chefes, ampliam o direito de participação e representação. Estas experiências encontram-se, portanto, bem à frente dos Estatutos. Em segundo lugar, há Unidades que estão mais ou menos adequadas aos Estatutos: embora não institucionalizadas, não avançaram em experiências novas nem se mantiveram na área nebulosa do arbítrio. Existe, entretanto, uma terceira situação cujo exemplo mais patente é o IB: vive-se ainda na pré-história das experiências democráticas, o poder pessoal e o arbítrio reinam e uma inserção nos Estatutos até que representaria um certo avanço na medida em que os "donos do poder" seriam obrigados ao menos a se referir aos Estatutos para exercer seu domínio.

A Institucionalização agora eliminaria o primeiro tipo de situação e provocaria uma corrida geral pelo enquadramento das outras Unidades. Quem tem interesse nisso? Os grupos que estão no poder e aqueles que o aspiram de maneira anti-democrática, a alta burocracia que precisa defender seu poder e suas mordomias, o reduzido número dos professores-titulares que tudo farão para ascender à Reitoria, o governo do Estado que não quer encontrar obstáculos ao envenenamento da UNICAMP.

Sempre há os que disputam posições no interior destes grupos sendo obrigados a procurar aliados no corpo docente. O que importa é reconhecer que seus métodos são anti-democráticos, que seu objetivo — o poder — elimina a nossa participação e que a Institucionalização lhes fornecerá um importante instrumento de luta.

Face a tais perigos que acompanham a Institucionalização imediata, os corpos universitários tem poucos caminhos a trilhar. Felizmente, eles são convergentes: temos que encontrar um terreno comum onde desenvolveremos ações conjuntas e onde poderemos divergir circunstancialmente. É uma tarefa a ser realizada pela ADUNICAMP, DCE, ASSUC, representação docente e discente, e Diretores democratas. É necessário jogar o problema da Institucionalização para fora da UNICAMP tornando-o uma questão da sociedade civil. Ao mesmo tempo, devemos amadurecê-lo no campus debatendo-o em nossas Unidades e em reuniões gerais. O Conselho Diretor tem um papel estratégico nesta luta pois ele também foi atingido pelo sopro democrático. Neste momento ele não é um instrumento passivo do poder e pode impedir que concursos sejam abertos, vagas providas e Unidades institucionalizadas ao toque das caixas que celebrarão o fim das nossas poucas experiências democráticas. Nossos representantes no CD, a representação dos alunos e o grupo de Diretores democratas tem que combater esta briga, devolvendo o problema de Institucionalização à comunidade universitária que é o sujeito que irá definir o que quer, quando e como. Fora disso não há saída democrática. É necessário não esquecer o exemplo da USP nem os rastros de destruição e violência que a segurança do governador deixou em Botucatu, acobertada pela Reitoria da UNESP (Folha, 23.5.81).

Perigo à Vista: Funda

Edmundo Fernandes Dias

1. Da lógica do MEC.

O poder estatal, em um país como o nosso, onde sobram os súditos e escasseiam os cidadãos, tem sempre uma lógica perversa. É sempre o único portador da racionalidade contra os desvarios da passionalidade. E esta é sempre atributo dos trabalhadores, das oposições. O mais recente exemplo dessa lógica é a resposta que o MEC deu à UNE. Respondeu-o ME através de uma circular às autoridades universitárias o famoso documento Della Senta onde expõe algumas das suas perspectivas.

Descartemos de saída a referência à passionalidade atribuída a alunos e professores. Ela é muito importante por ser parte de uma retórica que tem por finalidade jogar os membros da universidade na situação de agitadores ou incapazes. Com essa retórica o governo passa a ofensiva e tenta isolar os seus adversários, apesar disso, não trataremos dela especificamente. O que nos interessa é ver qual a lógica (perversa) do MEC.

De início a resposta do MEC trata de afirmar a educação como prioridade base. E para tal ela deve estar perfeitamente equacionada. A educação deve servir ao conjunto da população e não apenas às "elites" (como diz o governo) que chegaram à universidade. Vendo alunos e professores universitários como um bando de elitistas o governo quer se fazer porta-voz dos que sequer chegam à escola. Insinua o documento que ao mesmo tempo em que a maior parte da população não chega ao 1.º grau um pequeno e restrito grupo (1,5 milhões de alunos) frequentam a universidade. Não se toca, é claro, na qualidade desse ensino. Essa contradição entre as prioridades educacionais se dá, diz o MEC, no quadro de uma retração mundial na "delimitação das prioridades globais do investimento público". É nesse momento que os passionais colocam a questão das verbas. Mas, os recursos existem ou não? São do montante de 4% ou são maiores?

Para o MEC não se pode ver apenas nas suas dotações orçamentárias tudo o que existe de recursos para a educação. Existe muito mais: o MOBRAF, o Crédito Educativo, etc. É possível ampliar os recursos para a Universidade? É, diz o governo, e para tal basta fazer com que os fundos sejam melhor geridos "e preponderantemente canalizados para a atividade-fim, isto é, a sala de aula, o profes-

sor, o laboratório, a biblioteca", e se assim o fizermos teremos quase que atendidas as necessidades. Pelo menos os orçamentos estarão equilibrados. Em suma: trata-se de moralizar a administração evitando desperdícios e aumentar a taxa de exploração do trabalho do professor de tempo integral que poderá passar a dar de 20 a 30 horas/aulas semanais. Se a atividade-fim é a sala de aula, onde ficam as pesquisas dos professores e o aprimoramento intelectual dos alunos? Tudo poderá ser saudavelmente reduzido a um mero adestramento. Afinal se o país importa tecnologia pura e acabada, se famosas caixas-pretas, para que qualificar professores e alunos?

Importante ressaltar que, no documento do MEC, variadas vezes, o reajuste semestral dos professores (no caso das particulares e fundações) e do simples reajuste anual (estaduais e federais autárquicas) é apresentado ora como causa de problemas financeiros, ora como demonstração (no caso das federais) de aplicação de recursos governamentais na área da educação. A reestruturação da carreira dos federais autárquicas demonstra por exemplo, nessa lógica perversa, que o governo aplicará em 1981, cerca de Cr\$ 6,5 bilhões. Sabemos todos que esse reajuste sequer recompôs as perdas salariais da década de 70. E mostrar isso como aplicação de recursos é fazer, ainda uma vez, cair sobre o assalariado a culpa dos problemas.

Tentar contrapor a necessidade de alocar recursos na escola de 1.º a 20.º graus à necessidade de alocá-los na universidade é ao mesmo tempo uma manobra para isolar a universidade da população e uma falsa questão. Pois o MEC sabe muito bem que o 1.º e 2.º graus são de competência das esferas municipal e estadual. E que é a brutal centralização dos recursos tributários na mão do poder central que inviabiliza em grande medida qualquer esforço dos estados e municípios — quando chegam a ser tentados. Trata-se pois do mais puro humor negro tentar atribuir à universidade os problemas criados pela própria situação econômica nacional. O tom patético do discurso de Ludwig, ao contrapor as prioridades dos professores (receber um salário que permita dedicação ao ensino) e dos alunos (gratuidade do ensino, equipamento de laboratórios e bibliotecas, etc) às necessidades de uma criança de 7 anos,

é também prova de que, no mínimo, nossos governantes acabaram perdendo o menor respeito pela inteligência da população.

Finalmente o MEC torna explícito o que já se sabia: trata-se de conciliar a política anti-inflacionária do regime com os interesses criados pela rede privada de ensino, e a necessidade (que penal) de manter a escola pública. Disso tudo sai claramente definida a política educacional do governo.

2. Mantenedoras? ou Mantidas?

Um capítulo extremamente importante da política educacional do governo se refere à chamada rede privada. Já desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional as escolas privadas tiveram poder de barganha na formulação da política educacional. Seu poder foi no entanto amplificado pela tentativa governamental de desmobilizar o movimento estudantil. A luta dos excedentes, do final da década de 1960, nada mais era do que a luta pela ampliação da rede pública do ensino superior. O MEC e o governo, pelos seus diversos órgãos, sempre colocaram na manutenção dessa rede privada. O MEC agora reconhece que ainda fez pouco e que pretende ampliar esse apoio. No entanto essa rede de ensino superior privado vive reclamando que está em crise, que assim não dá. Que crise é essa, afinal? Pela lei as mantenedoras, sociedades sem fins lucrativos — em tese — têm por fim manter o ensino superior. No entanto para a quase maioria absoluta dessas mantenedoras pode-se afirmar que mais do que manter o ensino, são mantidas por ele. Elas não pagam uma série de contribuições (imposto de renda, não pagam a parcela patronal do INPS, etc), o que por si só já implica em uma subvenção que se pode estimar em pelo menos 25% sobre o total dos seus gastos: O crédito educativo paga diretamente a contribuição anual do aluno (a vista) tornando assim real a probabilidade de existência dessas mantenedoras. E no entanto vivem em crise se na realidade elas vivem aumentando ano a ano a oferta de novos cursos? — medida temporariamente suspensa pelo MEC. Tomemos alguns exemplos. A PUC de Campinas passou na última década de 2 mil para 20 mil alunos, pagando cerca de 1060 professores. Construiu dois campi universitários sem que se tenha muito claro qual foi o papel da mantenedora nessa história. Sabe-se pelo contrário que foi generosa a ajuda do governo. A crise é pois de um certo tipo: ela é financeira graças ao endividamento das universidades (e não das mantenedoras). Mas se financeiramente vai mal, economicamente vai muito bem obrigado.

ação ou Privatização

Ora a questão atual da crise da rede particular coloca a seguinte questão: Se o governo reconhece que não deve ampliar sua própria rede de ensino e o faz para combater a inflação, porque deve subsidiar a empresa particular de ensino, que apesar de legalmente, não poder ter lucro, de fato os tem, só que tem que imobilizá-los na construção dos seus impérios imobiliários? Porque deve a rede pública racionalizar seus recursos, quando o governo investe — a fundo perdido — na rede privada?

Sabemos contudo que continuarão recebendo subvenções — o documento do MEC é explícito; que continuarão aumentando as anuidades — o MEC diz que como a folha de pagamentos dessas faculdades a, absorve de 70 a 90% do que recebe e como o país vive taxas inflacionárias altíssimas, não será possível congelar as anuidades. Ora o aumento dos custos dessas universidades e faculdades é atribuído — uma vez mais — ao salário dos professores. Tudo isso coloca claramente que a lógica perversa é a lógica do capitalismo: a mercadoria é má, mas não dá para contentar os consumidores porque se se obrigar os fabricantes a cumprir a lei (e dar uma boa mercadoria) eles podem morrer de fome. . . Assim continuaremos a subsidiar as entidades particulares para que se possa evitar maiores injustiças. O MEC reconhece que os melhores posicionados economicamente é que entram nas federais e estaduais, e os outros tem que ficar nas particulares. Ora isso é uma brutal injustiça!!! Como se resolve o problema? Atacando, o ensino público e gratuito.

O MEC ao reduzir a situação dos universitários do ensino público a uma mera situação de defesa de privilégios ("moradia gratuita", "refeições subsidiada", etc.) trata de jogar os estudantes uns contra os outros, dado que os estudantes particulares além de pagar as anuidades também comem e moram. Assim agindo o governo não resolve a questão da sua rede de ensino, não melhora a situação dos estudantes e dos professores da rede privada, mas seguramente dá uma forte contribuição para que as mantenedoras continuem a ser mantidas pelos cofres públicos.

3. Eas públicas?

Se a lógica da política educacional atual do MEC é a da tentativa de fazer com que as universidades pouco a pouco, ou em marcha batida, ainda não sabemos se tornem "independentes" do orçamento do MEC a solução parece ser a transformação geral das autárquicas e fundações.

O MEC já falou claro, principalmente na entrevista da ANDES com o Sr. Ludwig, que a fundação

é o melhor regime, o que permite maior agilidade na captação de recursos. A transformação de autárquicas em fundações liberaria brutalmente o orçamento do MEC. Isso permitiria claramente que as particulares passassem a ser o setor privilegiado da execução da "prioridade-base" do governo. Os recursos públicos continuariam a manter uma vasta rede de interesses capitalistas aplicados hoje na área educacional. Criado como forma de desmobilização do ME, pelo governo, esse setor é hoje um filão excelente.

Tão excelente que generosamente o governo pensa em aplicá-lo às suas universidades. Ou seja transformando as autárquicas em funções — medida apresentada como a maior maravilha e a grande solução, pois os salários poderiam aumentar mais facilmente, a burocracia seria mais ágil, etc. — o governo dá o primeiro passo no sentido da privatização geral do ensino universitário. Inicialmente serão as federais, depois as poucas universidades estaduais (como a UNICAMP) percorrerão a avenida da empresa privada.

A transformação em fundação fará com que as universidades tenham que buscar seu financiamento na indústria, no comércio, e na agricultura. E supomos que basicamente nas grandes multinacionais. O que levará a uma dupla submissão: ao poder estatal e ao poder do capital. Ao poder estatal: a intervenção do governo será cada vez maior o que já está exemplificado pela lei 6733 que permite ao presidente da república nomear quem ele bem quiser para ser autoridade universitária. Ao poder do capital: financiamentos específicos, fechamento dos cursos não interessantes ou não lucrativos, etc.

Mas, e isso não é o menos importante, o que será imediatamente liquidado será a possibilidade de gestão democrática da universidade, de gestão pelos seus membros reais. Lembremos que a Universidade de Brasília, fundação, é "democraticamente" governada. E que os mantenedores (o capital das grandes empresas ou das multinacionais — o único que poderá apoiar as grandes universidades) realmente exercerão o seu comando. Professores, alunos e funcionários seguramente não terão grandes possibilidades de comandar esse processo.

A tarefa básica de todos aqueles que lutam pela gestão democrática da universidade, da constituição de uma verdadeira prática de pesquisa ligada aos reais interesses da população é lutar para impedir que a conquista do ensino público seja eliminada. Lutar contra o processo de transformação em fundação corre paralelo ao processo de ampliação da rede pública de ensino.

Participe

Instituto de Artes:

Departamento de Música: às 12:30 hs — 2a. feira: audição de disco com comentários; 3a. feira — palestra: 4a. feira-concerto; 5a. feira-filme. Setor de Belas Artes: De 11 a 24 de junho, exposição de trabalhos de alunos do Curso. Todas as 3as. e 4as. feiras — Atelier vivo de Xilografia. Profa. Fulvia Gonçalves. Dia 10., palestra "Arte Popular na Periferia de B. Horizonte", José Meira P. Moura Barros. Dia 9, palestra, "Pintores Malditos", Egas Francisco e História da Arte "Evolução das Artes Visuais", professoras Marlyse e Fúbia.

Centro de Teatro: Mostra dos trabalhos dos alunos, da Oficina de Experimentação sob orientação do Professor Adilson de Barros.

Setor de Cinema e Fotografia: Até o dia 10, exposição de fotos de Cristiano Mascaro. Todas as 4as feiras às 12:30 hs, no PAVIARTES, projeção de filmes. Dia 3 — "Getúlio Vargas". Dia 10 — "Os Inconfidentes"; Dia 17 — "O Cel. Delmiro Gouvêia". Dia 24 — "Aleluia Gretching".

IFCH: Dia 3 às 13 hs, conferência do prof. Wilson Cano. "A Questão Regional".

Faculdade de Engenharia:

OFICINA BRASILEIRA DE MICROELETRÔNICA

Sob o patrocínio da UNICAMP, TELEBRÁS, CNPq, CAPES, FAPESP e SEI, dar-se-á, de 13 a 24 de julho, no Laboratório de Eletrônica e Dispositivos (LED) do Centro de Componentes Semicondutores e na Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC).

Serão abordados os seguintes tópicos: CVD - CVD a baixa pressão Epitaxia por feixe molecular Processos assistidos por laser POT - Dispositivos de potência MOS

Retificadores PIN Tiristores

TCI - Tecnologia bipolar e projeto de circuitos integrados lineares bipolares.

Tecnologia e projeto de circuitos lógicos em LSI

Dispositivos integrados de GaAs

IMECC:

REUNIÃO REGIONAL DA S.B.M.

Realizou-se nos dias 27, 28 e 29 de maio a Reunião Regional da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), sob coordenação do Prof. Marco Antonio Teixeira (IMECC-UNICAMP). Foram proferidas palestras, respectivamente, nos seguintes temas:

Análise - J.B. Prolla; Matemática Aplicada - C. Moura; Álgebra - E. Lima; Ensino de Matemática - L. Dante; Lógica Matemática - N. Costa; Folheações - C. Camacho; Análise - J. Arrant; Teoria do Computador - L. Simon; Geometria Diferencial - A. Rodrigues.

Foi encerrada com uma Mesa Redonda sobre Ensino de Graduação e Formação de Matemáticos.

Democracia na Unicamp

Ninguém é dono da verdade, nem mesmo a comunidade. Entretanto, a comunidade tem uma chance de errar muitíssimo menor que um grupo restrito de pessoas, desde que ela se informe, se atualize. A opinião é do prof. Maurício Prates, diretor eleito pela comunidade da Faculdade de Engenharia de Campinas, em 79, após amplos debates entre os candidatos. O exemplo da Faculdade de Engenharia, que tem hoje na Assembleia Geral o órgão máximo deliberativo das diretrizes da faculdade, vem animando docentes, funcionários e estudantes de outras unidades e conquistas semelhantes, apesar das pressões dos setores mais conservadores da universidade. O prof. Maurício Prates é também favorável a amplas consultas às três entidades representativas: DCE (estudantes), ASSUC (Funcionários) e ADUNICAMP (professores), para garantir ao Conselho Diretor e escolha acertada dos nomes que comporão a lista sêxtupla para reitor da UNICAMP no iní-

cio do próximo ano.

O mais recente exemplo de participação nos destinos de sua unidade está sendo vivido pelo Instituto de Biologia que é dirigido há mais de 15 anos pelo prof. Walter August Hadler. No I.B. a movimentação é total. Com a criação da Congregação do Instituto em fevereiro de 80 a sua primeira reunião, só foi convocada em abril deste ano.

Desde então muita coisa tem se modificado. As eleições nas chefias de departamentos vêm se efetivando e, conseqüentemente, a da diretoria do Instituto foi colocada como parte inevitável do processo. Para garantir a participação de todos na escolha do novo diretor do I.B., os professores M.S.6 (dezoito no considerados elegíveis, foram convidados pelos representantes das categorias docentes na congregação para um debate público no dia 28 de maio último, para discutir com alunos, funcionários e professores, as eleições na Biologia.

Maurício Prates como divisão de responsabilidade e a perspectiva de uma escolha que represente realmente os anseios da comunidade. A idéia de consulta à comunidade para escolha do reitor da Unicamp deve ser resultado de uma consulta em todos os níveis, passando pelas chefias de departamento e diretores de unidades, na opinião de Prates.

REFORMA DO ESTATUTO

Maurício Prates acha também que hoje, a maioria dos diretores das unidades da Unicamp é progressista pois consultam a Congregação com seus representantes docentes e discentes com relação aos problemas institucionais.

"Pode haver discordância a nível interno. Entretanto, as grandes questões são comungadas", afirma o diretor da Engenharia.

Com a democratização ampla nas diversas unidades, a consequência natural, seria a reforma do atual Estatuto da universidade, que segundo o prof. Maurício Prates, embora tenha alguns "bons conceitos, tem falhas tremendas do ponto de vista da autocracia, assim como falhas a nível jurídico. É uma cópia mal feita da USP, que foi idealizado antes da Unicamp existir. É, portanto, um Estatuto capenga. A nível eletivo, por exemplo, o Estatuto hoje, prevê que para cargo de reitor só pode disputar os docentes na categoria M.S.-6, quando acho que deveria ser aberto também ao M.S.-5; Para Diretor de unidade, o Estatuto atual também só permite o M.S.-6, quando a meu ver deveria ser aberto a M.S.-5 e M.S.-4. Para chefia de departamento que só pode ser 5 ou 6, deve ser estendido até M.S.-3. Além disso, acho que o Estatuto deve também prever exceções, para possibilitar ao M.S.-2 o acesso às chefias de departamentos".

mica, a partir da realidade de cada departamento.

A ESCOLHA DO REITOR

Por considerar que a elaboração da última lista sêxtupla para escolha do reitor da Unicamp, embora sadia dentro da época, foi muito compromissada com o prof. Zeferino Vaz, o diretor da Engenharia de Campinas, Maurício Prates defende a consulta ampla a toda a comunidade universitária. "A autonomia da universidade permite este tipo de consulta. Por isso, a Unicamp pode ter a coragem de realizar a consulta da melhor forma que lhe aprouver", observa o prof. Maurício Prates.

Segundo o diretor da Engenharia, o Conselho Diretor atual da Unicamp é corajoso e não pretende "atropelar nenhuma das representações. Não vamos também tutelar as consultas. Minha idéia-enfatizou — é que o Conselho se dirija às comunidades representativas, DCE (ADUNICAMP e ASSUC, solicitando que se pronunciem sobre a lista sêxtupla para reitor da universidade".

Acredito que essas entidades — continua — como responsáveis que são, devem se juntar e, em comum, coordenar a consulta à comunidade universitária, através de um debate sobre o assunto, durante quatro a seis meses. O resultado desta consulta seria então levado ao Conselho Diretor que vendo a maturidade na escolha da composição da lista sêxtupla, não poderá deixar de levar em conta os nomes apontados.

Este trabalho é visto pelo prof.

A escolha do prof. Maurício Prates para a direção da Faculdade de Engenharia deveu-se em grande parte a seu compromisso público com a democratização ampla da faculdade e da universidade como um todo. Ao lado dos candidatos Atílio José Giarolli, Rega Scarabucci e Yaro Burian Jr., para diretoria da faculdade, Maurício Prates foi o mais votado.

O processo de escolha do atual diretor da Engenharia de Campinas foi precedido de uma consulta à comunidade docente com representação discente em meados de 78, da qual participaram 80 dos 120 professores da faculdade e 40 alunos. A consulta por voto secreto foi antecipada de debate público com exposição dos candidatos.

O COMPROMISSO COM A DEMOCRACIA

A realização do debate público dos candidatos à diretoria da Faculdade de Engenharia permitiu que a comunidade da faculdade cobrasse dos candidatos o compromisso de consulta ampla para eleição de cargos diretivos em todos os níveis. O resultado foi a criação de Assembleia Geral da faculdade que tem um número de vagas paritárias em todos os níveis. A Assembleia Geral é também quem traça as diretrizes da faculdade. Sua atuação é visível porque vem alterando regras existentes e consideradas autoritárias. Um exemplo é a modificação do regimento interno dos departamentos de mecânica e quí-

Eleições na Biologia

No Instituto de Biologia, depois de um longo período de apatia, quebrado com a greve da Unicamp, em 79, percebe-se uma preocupação geral para alterar as regras existentes, até então ditadas por um pequeno grupo. Pela primeira vez, desde a sua criação, o Instituto de Biologia realiza eleições para chefias de departamentos. Os eleitos serão empossados no próximo dia 4 de junho.

Conclui página 7

Conselho Diretor

Eleições na Biologia

O início efetivo de consulta mais ampla na Biologia se deu em novembro de 79, com a alteração do Colegiado que até então era restrito ao Conselho Interdepartamental composto pelo diretor do I.B., chefes de departamentos e um aluno. Hoje, a congregação é composta de todos os M.S-6 (dezoito), um representante de cada categoria; M.S-5; M.S-4; M.S-3; M.S-2 e três representantes discentes. A categoria M.S-1 tem direito a voz na Congregação, embora não possa votar.

Cabe ainda à secretária do Instituto, como funcionária, ser a porta voz das decisões da Congregação para todos os funcionários. Isto foi decidido na reunião da Congregação no dia 15 de fevereiro de 80.

REPRESENTAÇÃO FALHA

A atual representação na Congregação ainda é considerada falha, uma vez que os M.S-6, no total de 18, têm participação total na Congregação, enquanto as demais categorias têm apenas um representante. Isto se torna mais gritante no caso dos MS-3 (45 professores) e M.S-2 (39 professores), onde se concentra a maioria dos docentes da Biologia e onde existem 6 M.S-5, 12 M.S-4 e 17 M.S-1. Entretanto, a representação por categoria foi o primeiro e decisivo passo para a alteração do regime consultivo na Biologia, onde o regimento interno é, praticamente, uma cópia do atual Regimento Geral da universidade.

Apesar da pequena e decisiva conquista da representação por categoria na Congregação do I.B. foi resolvido que caberia à Congregação participar das diretrizes do Instituto enquanto, a primeira reunião somente foi convocada para 29 de abril de 81 e assim mesmo para dar posse à representação discente..

Mas foi exatamente nesta reunião que foi levantado o problema da necessidade de eleição para direção do Instituto, como consequência natural das eleições de chefias de departamentos. A questão da lista sextupla para escolha do novo diretor da Biologia foi colocada depois de muita cautela por parte dos professores presentes. Deflagrado o processo, a situação se apresenta irreversível e a decisão para escolha da pessoa que substituirá o prof. Walter Hadler deixou de ser restrita a um grupo de professores para ganhar amplo debate em todo o Instituto.

PROBLEMAS BRASILEIROS

Em 28/4/1981, após longa discussão sobre o Ensino da Disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros, o CD decidiu aprovar, entre outras coisas, a proposta da Câmara Curricular para que os Institutos e Faculdades da Universidade sejam responsáveis em igualdade de condições pela disciplina Estudos de Problemas Brasileiros.

A decisão tem, grande importância para a vida da Universidade, uma vez que acaba com o monopólio do Centro de Estudos de Problemas Brasileiros sobre conteúdo e forma desta disciplina, que vinha gerando insatisfação.

SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS

Em reunião realizada em 12/5/1981, o CD aprovou o encaminhamento ao Governo do Estado para solicitação de suplementação de verbas à UNICAMP, no valor de Cr\$ 669.148.970,00, excluindo-se as despesas de pessoal e obras. Haveria ainda solicitação de um Crédito Suplementar Especial, necessário para viabilizar a transferência do Hospital das Clínicas, para suas novas dependências no Campus.

Esta decisão é resultado de uma luta comum iniciada oficialmente em dezembro de 80, no CD. Desde esta época, as representações discentes e docentes, no DC, vem-se empenhando no sentido de que todas as unidades da UNICAMP realizassem Assembléias Gerais de Professores, alunos e funcionários, para discussão e estudo de suas necessidades reais para 1981.

Estes estudos, com a participação da comunidade universitária, serviram de base para a elaboração do pedido de suplementação de verbas, a ser encaminhado oficial-

mente ao governo do Estado, para as devidas providências.

NOVAS ELEIÇÕES NA BIOLOGIA

A representação estudantil do CD levantou o problema da escolha dos representantes discentes para o órgão colegiado (equivalente à Congregação) do Instituto de Biologia (IB). Esta eleição havia se realizado em condições irregulares, tendo um comparecimento de apenas 10% dos eleitores. O coordenador da graduação, Prof. Negreiros, deixou de atender solicitação dos estudantes para adiar o pleito.

O CD, em 19/5/1981, determinou que nova eleição fosse realizada, tornando nulo o resultado anterior. Estabeleceu também que a nova eleição deve preceder uma outra, prestes a realizar-se na Biologia, para escolha do Diretor do Instituto.

REGIMENTO ANACRÔNICO

Sobre as eleições para representação discente no JB.

Durante a discussão sobre as eleições para representação discente no JB. foi ressaltado que o atual regimento da UNICAMP é anacrônico, não gozando da aceitação da maioria da Comunidade Universitária; por isto mesmo sob muitos aspectos, e em particular o aspecto eleitoral, sugere-se proceder dois planos:

— plano de mérito, onde se aconselha para fins de eleição, efetuar-se uma consulta a mais abrangente possível.

— plano legal, onde deve-se adequar a consulta democrática, de mérito, ao rigor da legislação.

Foi também que na próxima reunião do CD, em 16/6/1981, seja feita uma ampla discussão dos processos eleitorais na UNICAMP.

ADUNICAMP, ANDES, ADS

AUMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

A ANDES — Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior é a primeira entidade, a nível nacional, de uma categoria profissional, após 1964.

Sua origem está intimamente relacionada com o crescimento e fortalecimento das várias entidades docentes do país, vinculada com a proibição de reunião nacional da SBPC em Fortaleza (1977), com a deterioração salarial dos professores universitários, com a queda do nível do ensino e pesquisa e as péssimas condições de trabalho.

Na reunião do I CONAD — Conselho Nacional das Associações de Docentes (17 a 19/4/81 na PUC-SP), cujos delegados foram tirados nas assembléias das entidades, a previsão financeira mensal dos gastos necessários para a implantação da ANDES foi de Cr\$... 1.200.000,00, o que representa

Cr\$ 40,00 por sócio, em um total de 30.000 sócios.

No sentido de contribuir financeiramente com a implantação da ANDES e também com o aumento das necessidades financeiras da ADUNICAMP (implantação de um jornal mensal, comissão cultural e gastos administrativos) é que a Assembléia Geral Extraordinária de Docentes da ADUNICAMP de 14/4/1981 decidiu aumentar a contribuição mensal dos associados à ADUNICAMP de 0,25% para 0,30% do salário referência.

A ADUNICAMP inicia o debate sobre a Política Educacional do Governo e convoca todos aqueles que se interessarem no debate a comparecer a sua sede para que se possa organizar a Comissão de Política Educacional.

COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UNICAMP reuniões às 4as. feiras, das 11 às 12,30 horas na sede da ADUNICAMP

O Regime de Trabalho dos Docentes

dec: 5.655/75 -

Carlos Simões

Analisamos o regime de trabalho dos docentes da UNICAMP em um trabalho específico, (à disposição dos interessados na ADUNICAMP) no qual concluímos pelo regime da CLT entre os três regimes constitucionalmente estabelecidos em vista da incompetência estadual para tal fim.

Mas, segundo a Administração, qual é o regime de trabalho dos docentes? É o estabelecido pelo seguinte decreto:

Decreto

Artigo 10 - A Universidade Estadual de Campinas poderá admitir servidores no regime "Servidores Autárquicos".

Artigo 20 - A criação, transformação ou extinção de funções autárquicas, na Universidade Estadual de Campinas, se fará por ato do Reitor, após a aprovação de sua proposta pelo Conselho Diretor.

Artigo 30 - As admissões, dispensas e demais atos referentes ao pessoal de que trata este decreto, serão feitas mediante parecer da comissão especialmente constituída para o planejamento ou a realização de tais concursos ou provas.

Artigo 40 - As admissões, que dependerem de prévia aprovação em concurso ou prova de seleção, serão feitas mediante parecer da comissão especialmente constituída para o planejamento ou a realização de tais concursos ou provas.

Parágrafo único - Poderão ser admitidos em caráter temporário, pelo prazo máximo de dois anos, independentemente de concurso ou prova de seleção, servidores necessários ao desempenho das funções de que trata este artigo, os quais serão considerados automaticamente dispensados ao término daquele prazo e não poderão ser readmitidos, a não ser mediante sua aprovação em concurso ou prova de seleção para esse fim realizado.

Artigo 50 - Os servidores admitidos no regime instituído por este decreto ficarão subordinados ao sistema previdenciário e médico-assistencial dos funcionários públicos civis do Estado.

Artigo 60 - Os atuais servidores a disposição da Universidade Estadual de Campinas, bem como os admitidos no regime de legislação trabalhista, poderão ser integrados no regime instituído por esse decreto desde que o requeram.

Artigo 70 - Enquanto não for baixado o Estatuto dos Servidores da Universidade Estadual de Campinas (ESUEC) serão observado, no que couber, o Estatuto dos Servidores da Universidade de São Paulo.

Artigo 80 - As despesas com a execução deste decreto correrão à conta de verbas próprias do orçamento da Universidade Estadual de Campinas.

Artigo 90 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 20 de fevereiro de 1975
LAUDO NATEL
Henri Couri Aidar, Secretário de Estado - Chefe da Casa Civil
Zeferino Vaz, Reitor da Universidade Estadual de Campinas
Publicado na Casa civil, aos 20 de fevereiro de 1975

Maria Angelica Gallazzi, Diretora da Divisão de Atos do Governador.

forma, em caráter temporário. E, neste caso, sob prazo determinado de dois anos na função, ao fim dos quais o docente se defrontaria com duas alternativas: ou ser dispensado ou ser admitido pela 1a. forma (mediante concurso ou prova de seleção).

Está claro que não há outra alternativa no decreto.

Mas a Administração, por razões que não interessam no momento, passou a prorrogar os contratos a cada dois anos ou mais recente-

Este decreto propicia inúmeros comentários, principalmente se colocado no contexto de argumentos do referido estudo acima citado. Aqui, entretanto, gostaríamos de ficar no interior do próprio decreto. Isso é suficiente para evidenciar sua ineficácia parcial.

De fato, institui o regime do "Servidor autárquico" sob duas formas de admissão: 1a. Mediante concurso ou prova de seleção (at. 4o. caput).

2a. Em caráter temporário (5 único do art. 4o.) para funções que dependam de prévia aprovação em concurso ou prova de seleção (é o caso da docência).

Quanto à primeira forma, não há polêmica. Efetivamente, os docentes admitidos por concurso ou prova de seleção são claramente "servidores autárquicos".

Entretanto, é notório que a maioria estaria enquadrada na 2a.

mente, a admitir diretamente por prazo indeterminado. A prorrogação dos contratos é irregular, porque a sucessão de prazos determinados evidencia que o trabalho não é temporário e está nas atividades permanentes da Universidade. A admissão diretamente por prazo indeterminado é mais coerente com a relação de fato.

Porém, o que fica claro é que, nos dois casos, o docente fica fora dos requisitos do decreto 5.655/75. Objetivamente a Administração instituiu de fato um outro regime que não pode ser o do "servidor autárquico". Este regime é um dos estabelecidos constitucionalmente. Pelos motivos expostos no referido estudo, é o da CLT.

Ressalta aqui a ineficácia do decreto nos limites que a Administração havia estabelecido para si mesma.

Campanha de Sócios

A Diretoria da ADUNICAMP, desde o início de sua gestão tem-se preocupado com a expansão da entidade. Logo que assumimos a sua direção, contávamos com 400 sócios. Hoje já contamos com 700. Isto demonstra que a entidade vem ganhando um voto de confiança dos professores. No entanto, necessitamos crescer mais para fortalecer a nossa luta. Dos 1300 professores existentes hoje na UNICAMP, pouca mais de 50% são nossos associados.

Convocamos a todos os que ainda não se filiaram à ADUNICAMP que o façam, preenchendo o formulário, disponível em nossa sede, ou que procurem os responsáveis nas respectivas unidades, conforme abaixo relacionados:

Instituto de Linguística: Susi (Teoria Literária)

Instituto de Ciências Humanas: Wilma (Sociologia)

Instituto de Biologia (Histologia)

Instituto de Química: Renato (Físico-Química)

Instituto de Matemática: Schneider (Matemática Aplicada) Gilli (Matemática)

Faculdade de Educação - Ezequiel (Metodologia de Ensino)

Faculdade de Engenharia: Bannwart (Engenharia Mecânica)

Faculdade de Medicina: Ana Maria (Medicina Preventiva) Elza (Clínica)

Faculdade de Tecnologia de Alimentos: Hokka

Faculdade de Engenharia (Limeira) - Paulo (Dep. Transportes)

Eleições na SBPC

A renovação da diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) já está se realizando. Os sócios, num total de 15 mil espalhados por todo o país, estão recebendo as cédulas pelo correio. O processo de votação deverá ser encerrado em meados de junho. Junto com as cédulas, os associados estão recebendo um programa de trabalho dos candidatos e seus respectivos currículos. Concorrem à presidência os professores Crodewaldo Pavan da UNICAMP e Alberto Carvalho da Silva da USP.

Greve dos Funcionários

Os 3.500 funcionários prometem entrar em greve a partir do dia 3 caso não seja incluída na folha de pagamento a diferença do aumento salarial prometida pelo governador Paulo Maluf. Até agora, os funcionários só receberam 70% de aumento.